



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
Secretaria de Serviços Compartilhados
Diretoria de Administração e Logística
Comitê Interministerial de Governança de Serviços Compartilhados
Câmara Temática de Administração e Logística

ATA DE REUNIÃO

5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TEMÁTICA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

1ª Reunião Ordinária de 2025

Data: 18 de fevereiro de 2025.

Horário: 13 às 17h.

Local: Virtual, por meio da plataforma Teams.

I - PARTICIPANTES

Membros da Câmara Temática: relacionados no Anexo I.

Convidados: relacionados no Anexo III.

II - SECRETARIA-EXECUTIVA DA CTAL: Maiko Lemes, Gerente de Projeto, Diretoria de Administração e Logística da Secretaria de Serviços Compartilhados do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

III - PAUTA

Pauta	Proponente
Metodologia de elaboração do Plano de Contratação Anual ColaboraGov 2025.	Pedro Castro Coordenador-Geral de Gestão de Demandas e Inovação Diretoria de Administração e Logística
Processos licitatórios do ColaboraGov.	Hélio Souza Diretor Diretoria de Contratações e Unidades Descentralizadas
Situação dos depósitos de almoxarifado.	Thiago Souza
Distinção entre material de consumo e permanente no planejamento da contratação.	Coordenador-Gera de Informação e Patrimônio Diretoria de Administração e Logística

IV - ABERTURA

A reunião foi iniciada por Ana Lilia Lima dos Santos, que cumprimentou os participantes. Em seguida, explicou que o objetivo do encontro era discutir temas fundamentais relacionados à gestão administrativa e logística dentro do ColaboraGov, incluindo a metodologia para a elaboração do Plano de Contratação Anual (PCA) 2025, os processos licitatórios e a gestão de materiais.

Foi ressaltado que as reuniões ordinárias seguirão um cronograma estabelecido e os encontros extraordinários poderão ser realizados conforme a necessidade dos órgãos solicitantes.

V. DISCUSSÃO

a. Metodologia para o Plano de Contratação Anual (PCA) 2025

Pedro Castro apresentou um panorama detalhado sobre a metodologia utilizada para a elaboração do PCA,

abordando os seguintes pontos:

- (i) A necessidade de padronização dos Documento de Formalização de Demandas (DFD) para melhorar a organização, agrupamento dos objetos comuns e rastreabilidade das demandas;
- (ii) Informou-se que o tempo médio para a realização de consultas de demandas dos órgãos solicitantes é de 12 dias. Esse é o período para que os órgãos avaliem suas necessidades internas e as manifestem de maneira clara e completa;
- (iii) Elaboração de relatórios mensais para monitoramento da execução do PCA, permitindo maior controle da alta administração e eficiência na alocação de recursos;
- (iv) Revisão do fluxo de consolidação das demandas para evitar inconsistências e otimizar os processos;
- (v) Importância da atualização contínua dos dados por parte dos órgãos participantes para evitar retrabalho e atrasos; e
- (vi) Necessidade de maior alinhamento entre os setores envolvidos, garantindo que todas as demandas estejam devidamente justificadas e dentro do planejamento orçamentário.

Questionamentos

1. Kelly Karine levantou preocupações sobre a efetividade do envio de consultas por e-mail, sugerindo que fossem realizadas por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Ana Lilia e Pedro Castro esclareceram a inviabilidade de realizar consultas por meio do SEI, por limitações da própria plataforma, que não permite limitar o tempo de inserção de documentos. Destacou-se ainda que apesar do prazo da consulta ser de 12 dias, o órgão já deve iniciar o levantamento da demanda a partir da inserção no PCA, momento em que já tem conhecimento da necessidade e manifestou intenção de contratar/adquirir os serviços/itens. No entanto, salientou-se que além do envio do comunicado da consulta por e-mail, a informação é disponibilizada no canal do Teams, e ligações são realizadas para incentivar a resposta.

2. Tatiane Passos perguntou sobre a possibilidade de reavaliação das demandas do PCA após a aprovação da LOA.

Pedro Castro esclareceu que haverá uma janela específica para ajustes e reforçou a necessidade de planejamento prévio.

3. João Célio questionou se o PCA poderia ser integrado a outros sistemas de gestão já utilizados pelos órgãos, visando maior fluidez na administração das contratações.

Pedro mencionou que essa integração está em estudo pelo órgão central do Sistema.

b. Processos licitatórios do ColaboraGov

Hélio Souza de Oliveira fez uma apresentação detalhada sobre os processos licitatórios, abordando as seguintes questões:

- (i) Explicação sobre a distinção entre contratações compartilhadas, que atendem a mais de um órgão, e contratações exclusivas, demandadas por um único órgão;
- (ii) Esclarecimento sobre a divisão de responsabilidades entre o órgão prestador e os órgãos solicitantes em cada etapa do processo;
- (iii) Atualização do Painel de Acompanhamento de Contratações, permitindo maior transparência e controle das etapas do processo licitatório;
- (iv) Reformulação dos fluxos internos, eliminando gargalos, otimizando o processo e reduzindo o tempo de resposta;
- (v) Apresentação da planilha com os prazos de cada etapa do processo licitatório;
- (vi) Panorama geral do andamento dos processos, com informações sobre prazos e etapas de cada fase, buscando proporcionar aos presentes uma visão clara do status atual.

Questionamentos

1. Tatiane Passos perguntou como os cortes orçamentários impactariam as contratações planejadas.

Hélio Souza esclareceu que haverá revisões contínuas para garantir que apenas contratações essenciais sejam mantidas e que as unidades devem monitorar seus planejamentos.

c. Situação dos depósitos de almoxarifado

Thiago Souza apresentou as diretrizes para melhoria da gestão de materiais e almoxarifado, destacando:

- (i) Problemas de espaço físico em diversos almoxarifados, com estoques acumulados e falta de

organização adequada;

(ii) Dificuldades na identificação e rastreabilidade dos itens armazenados, impactando a eficiência das operações logísticas;

(iii) Excesso de materiais obsoletos, que ocupam espaço sem utilidade operacional, demandando uma política de descarte mais eficiente; e

(iv) Falta de um sistema padronizado de controle de entrada e saída de materiais, gerando inconsistências nos registros.

Questionamentos

1 . Sara Borges perguntou como será feita a implementação prática do novo modelo de controle de almoxarifado.

Thiago Souza explicou que haverá um cronograma de implementação com fases de testes e ajustes.

d. Distinção entre material de consumo e permanente no planejamento da contratação

Thiago Souza apresentou a distinção entre material de consumo e permanente:

(i) Materiais de consumo são aqueles utilizados rotineiramente e que se deterioram ou esgotam com o uso contínuo, como papel, toners de impressoras, materiais de limpeza e itens de escritório. Sua reposição deve ser planejada com base na média de consumo dos últimos anos e nas previsões de uso para evitar desabastecimento ou excesso de estoque; e

(ii) Materiais permanentes são bens adquiridos para uso prolongado e que não se desgastam rapidamente, como computadores, móveis, veículos e equipamentos eletrônicos. Para sua aquisição, é necessário um planejamento que leve em conta a durabilidade do item, a necessidade real da organização e a disponibilidade orçamentária.

Thiago explicou que um dos desafios recorrentes é a classificação inadequada de determinados itens, o que pode resultar em processos de aquisição incorretos e dificuldades no controle patrimonial. Por isso, a padronização dos critérios de categorização é essencial.

Foi ressaltada a necessidade de alinhamento entre as áreas requisitantes e os setores responsáveis pela gestão de contratos para garantir que a classificação dos materiais esteja adequada desde a fase inicial da demanda.

Questionamentos: não houve.

VII. INFORMES

a. Sugestões de pautas: Ana Lilia esclareceu que as sugestões de pauta encaminhadas pelo Ministério da Fazenda (Ofício SEI nº 5978/2025/MF) e pelo Ministério da Previdência Social (Ofício SEI nº 1488/2025/MPS) algumas foram tratadas em reuniões ordinárias ou extraordinárias realizadas ao longo de 2024.

Assunto	Pontos de discussão	Observações
Gestão dos contratos	1. Dificuldade de acesso das informações relacionadas à execução dos contratos; 2. Inconsistências/descontos indevidos no pagamento dos colaboradores dos contratos com mão de obra dedicada com postos exclusivos; e 3. Indicação de fiscalização setorial.	Todos os ponteos de discussão foram abordados na 3ª Reuniões Extraordinária de 6 de dezembro de 2024.
Gestão das licitações	1. Falta clareza no cronograma das licitações; 2. Informações no Painel de Contratações estão incompletas ou desatualizadas; 3. Curto prazo para manifestação em relação ao interesse na participação das novas contratações. (DFDs); e 4. A forma de execução dos contratos são definidas sem a participação dos órgãos solicitantes.	Os pontos de discussão de 1 a 3 foram abordados durante esta reunião ordinária. O ponto 4, por sua vez, foi tratado nas 3ª e 4ª Reuniões Ordinárias de 2024, realizadas em 14 de agosto e 22 de novembro de 2024, respectivamente.

Rateio das despesas	<p>1. Informações recebidas apresentam divergências de diversas naturezas (Ex. Contratos vencidos, contratos não utilizados, % de ocupação diferentes);</p> <p>2. Falta transparência na prestação dos valores efetivamente utilizados;</p> <p>3. As glosas nos contratos não são repassadas aos órgãos solicitantes.</p>	O assunto será tratado em uma reunião extraordinária específica, cuja data ainda será definida.
---------------------	---	---

b. Implementação da redução de jornada: Ana Lilia informou sobre a implementação da redução da jornada de trabalho de 44h para 40h para os postos mencionados na Instrução Normativa Sege/MGI nº 190, de 5 de dezembro de 2024.

c. Pesquisa sobre o recesso de fim de ano: Ana Lilia informou que está sendo realizada uma pesquisa com as unidades administrativas para avaliar o recesso de fim de ano para os colaboradores terceirizados.

IV. ENCAMINHAMENTOS

- Atualização dos membros da Comissão, que serão pontos focais para as comunicações e das consultas de demandas;
- Além das reuniões ordinárias e extraordinárias, a Câmara realizará encontros mensais para discutir assuntos pertinentes à sua temática.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reunião foi encerrada com agradecimentos finais de Ana Lilia, destacando a importância da colaboração e participação de todos.

Ata de Reunião aprovada na data de sua assinatura eletrônica.

ANA LILIA LIMA DOS SANTOS
Presidente
Câmara Temática de Administração e Logística
Centro de Serviços Compartilhados
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

ANEXO I

MEMBROS DA CÂMARA TEMÁTICA PRESENTES

Órgão solicitante	Nome	Participante
Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos	Ana Lilia Lima dos Santos	Presidente
	Lucimar Rizzo Lopes dos Santos	Suplente
Ministério da Fazenda	Melissa Maria Martins de Campos	Titular
Ministério da Igualdade Racial	Eliciano Pinheiro da Silva	Suplente
	Jeremias da Costa Sander	Titular
Ministério da Previdência Social	Jefferson Brandao Melo	Titular
Ministério das Mulheres	Kelly Karine Lopes Barroso	Titular
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	Cláudia Lins da Rocha	Titular
	Tiago Santana Nascimento	Suplente
Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte	Viviane Lúcia Fernandes de Almeida	Suplente
Ministério do Esporte	João Célio Ribeiro dos Santos	Titular
	Izaías da Silva Oliveira Júnior	Suplente
Ministério do Planejamento e Orçamentos	Alisson Rafael Rodrigues Alves	Titular
Ministério do Turismo	Leandro Lima Mendes	Titular
	Renato Queiroz da Paz de Oliveira	Suplente

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	Thiago Ferreira Guedes	Titular
Ministério dos Portos e Aeroportos	Adolfo Moreira de Melo Neto	Titular

ANEXO II
CONTROLE DE QUÓRUM DA REUNIÃO

		Membros		Convidados ou participantes	Total
Órgão solicitante		Titulares	Suplentes		
1	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	1	1	29	31
2	Ministério da Fazenda	1	0	7	8
3	Ministério da Igualdade Racial	1	1	0	2
4	Ministério da Previdência Social	1	0	2	3
5	Ministério das Mulheres	1	0	3	4
6	Ministério de Portos e Aeroportos	1	0	4	5
7	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	1	1	2	4
8	Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte	0	1	1	2
9	Ministério do Esporte	1	1	2	4
10	Ministério do Planejamento e Orçamento	1	0	4	5
11	Ministério do Turismo	1	1	3	5
12	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	1	0	0	1
13	Ministério dos Povos Indígenas	0	0	6	6
Total		11	6	63	80

	Membros titulares	Quórum
Instalação	11	85%
Deliberação	11	85%

ANEXO III
LISTA DE PRESENÇA

Órgão solicitante	Nome
	Alexandre da Silva Castro
	Alysson Vítor Soares de Moraes
	Ana Lilia Lima dos Santos
	Bruna Suzana Marinho Bezerra
	Bruno Hebert de Almeida Nunes
	Cairo Antônio Corrêa Júnior
	Celso de Oliveira Santana
	Cintia Coelho Prado
	Felipe Brum Mello
	Fernanda Marques de Sousa

Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos	Gustavo Portella Martins
	Hélio Souza de Oliveira
	Heloisa Marques Oliveira Dos Santos
	Heloysa Herminia Andrade Ramos de Sousa
	Leandro Antônio da Conceição
	Lucimar Rizzo Lopes dos Santos
	Maiko Henrique Lopes Lemes
	Marcela de Oliveira Martins Saliba
	Mariana Almeida Machado
	Nágila Monique Silva Ramos
	Nathalie Lopes de Carvalho
	Pedro Henrique Correia de Castro
	Pedro Henrique Lopes Cardozo
	Plínio Antunes da Silva
	Raysa Faria de Melo
	Renata Cristina Dantas Rocha
	Ricardo Alves de Almeida
	Suellen Serra
	Sumaya Caroline Santos Goncalves
	Thiago Ramos de Souza
	Thiago Takeshi Ueno Sato
Ministério da Fazenda	Regina Célia Dalvi de Souza
	Carlos Rafael Calazans Vilasboas
	Claudia Dolores Rosa
	João Roberto Rovo Junior
	Juliana Pinheiro de Melo Vilar Falcão
	Melissa Maria Martins de Campos
	Thais de Almeida Vasconcellos de Carvalho
Ministério da Igualdade Racial	Weslei Jose Rodrigues
	Eliciano Pinheiro da Silva
Ministério da Previdência Social	Jeremias da Costa Sander
	Andre do Espírito Santo Pereira
	Jefferson Brandao Melo
Ministério das Mulheres	Patrick Barcellos Peixe
	Breno Arnaud Sampaio Pedrosa Kubis
	Bruno Bernardes Ferreira
	Danielle Cavalcanti Vieira Medina
	Kelly Karine Lopes Barroso
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	Daniela Silva Antunes
	Cláudia Lins da Rocha
	Evlyn Basso Meneghini
	Tiago Santana Nascimento
Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte	Sara Borges Das Neves
	Viviane Lúcia Fernandes de Almeida
Ministério do Esporte	João Célio Ribeiro dos Santos
	Caroline Sousa de Jesus
	Izaías da Silva Oliveira Júnior
	Marcela Saldanha dos Anjos

Ministério do Planejamento e Orçamentos	Alisson Rafael Rodrigues Alves
	Andrine Gonçalves Soares
	Fabiana Oda
	Lorena Ferrer Cavalcanti Randal Pompeu
	Patrícia Daniele Oliveira de Alarcão
Ministério do Turismo	Camila Moura da Silva
	Leandro Lima Mendes
	Renato Queiroz da Paz de Oliveira
	Rosangela da Silva Sobrinha
	Tatiana Fernandes da Silva
Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	Thiago Ferreira Guedes
Ministério dos Portos e Aeroportos	Eduardo Bernardes Caixeta
	Adolfo Moreira de Melo Neto
	Bruno Rafael Alves Aguiar
	Julio Cesar Barbosa Rocha
	Wesley de Souza Alves Oliveira do Nascimento
Ministério dos Povos Indígenas	Elaine Carvalho
	Glenda Aparecida Veron Bernardo
	Marcus Vinicius Soares Lopes
	Maria Pereira de Freitas
	Ramires Andrade de Jesus
	Tatiane Valeska dos Santos Passos



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lilia Lima dos Santos, Diretor(a)**, em 27/02/2025, às 10:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **48780875** e o código CRC **1C556508**.